



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6518 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A LEI N. 10.639/2003 NA PERSPECTIVA DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: um olhar sobre o papel da escola e os saberes docentes
 Clenia de Jesus Pereira dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Antonio de Assis Cruz Nunes - UFMA - Universidade Federal do Maranhão
 Francisca das Chagas Passos Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Larissa Maria dos Santos Baia - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

A LEI N. 10.639/2003 NA PERSPECTIVA DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: um olhar sobre o papel da escola e os saberes docentes

A pesquisa em epígrafe trata da obrigatoriedade de implementação da Lei nº 10.639/2003 no âmbito da educação básica e de que forma as (os) professoras (es) inserem em seus planejamentos atividades que contemplem os conteúdos relativos a memória e a história afro-brasileira e africana com vista à construção da identidade negra das (dos) estudantes em uma escola da Rede Pública Municipal de São Luís/Maranhão. À luz de um enfoque teórico metodológico qualitativo, buscou saber como os professores se apropriam da referida Lei na perspectiva da construção da identidade negra dos estudantes. A recolha dos dados nos remeteu a análise e discussão dos resultados que culminaram para as conclusões de que os estudantes dessa escola ainda vivenciam relativa invisibilidade identitária, o que denota a ausência de implementação da Lei nº 10.639/2003 no âmbito da escola.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/2003. Escola Básica. Saberes Docentes. Identidade Negra.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a promoção da igualdade das relações étnico-raciais na educação e

sobretudo na escola ganhou intensidade a partir de janeiro de 2003, quando foi sancionada a Lei nº 10.639/2003 como Política Pública de Educação. A referida Lei surge em resposta às reivindicações dos Movimentos Negros Organizados, que há muito tempo têm se empenhado em prol de ações concretas contra o racismo, o preconceito e as discriminações raciais na sociedade de forma geral e na educação de modo específico (SOUZA, CROSO, 2007).

A Lei em tela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN nº 9.394/1996 nos artigos 26 e 79, que passou a vigorar acrescida dos artigos: 26A e 79B. O Artigo 26A torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola e o 79B que inclui no calendário escolar, o Dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, data em que o Movimento Negro celebra Aniversário de Morte de Zumbi dos Palmares (BRASIL, 2003).

No Brasil, o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial são elementos estruturantes da sociedade e ainda balizam as relações raciais e institucionais, hierarquizando as diferenças e inferiorizando um grupo – o negro – em detrimento de outro – o branco (SOUZA; CROSO, 2007). Para Gomes (2002) nenhuma identidade é construída no isolamento, pelo contrário, é construída durante a vida toda por meio do diálogo parcialmente interior e parcialmente exterior com os outros, ou seja, nas relações entre as pessoas, e é por esse processo que também passa a construção da identidade negra.

Esse cenário nos leva aos seguintes questionamentos: Como a escola tem inserido no currículo a história e memória dos africanos e afro-brasileiros? Como tem conduzido a orientação dos professores e professoras na organização do trabalho pedagógico na escola? Como os professores tem influenciado as suas práticas docentes com os saberes adquiridos na formação inicial e continuada sobre Lei nº 10.639/2003?

O presente artigo teve como objetivo investigar como a escola pesquisada vem atendendo a obrigatoriedade da implementação da Lei nº 10.639/2003 na perspectiva da construção identitária das dos estudantes negras(os).

A referente pesquisa constitui-se em uma investigação concluída no âmbito do Mestrado em Educação Profissional. Nessa perspectiva, utilizamos o aporte teórico que serviu de âncora iluminar, analisar e interpretar os dados coletados mediante um olhar de dentro do terreno da investigação.

2 BREVE PERCURSO DA LEI Nº 10.639/2003

Segundo Dias (2005), a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas seria um vetor preponderante no enfrentamento ao racismo. Historicamente, a implantação da Lei nº. 10.639/2003 foi movida pelas lutas dos Movimentos Negros, mas alguns movimentos foram impulsionadores, como: o Centenário da Abolição em 1988, e os 300 anos de Morte de Zumbi dos Palmares, em 1995. A manifestação daquele ano levou cerca de 10 mil negras e negros à Brasília com um documento reivindicatório entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outro impacto de caráter internacional, foi a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras Formas de intolerância, no ano de 2001, em Durban, na África do Sul, com o intuito de rever a luta heroica do povo africano por igualdade, justiça, respeito e inclusão (BRASIL, 2013).

Do exposto, nos primeiros anos de governo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de janeiro de 2003 sanciona a Lei nº 10.639. Lei que modifica a LDB nos artigos 26 e 79. O texto da Lei foi incisivo e claro quanto às mudanças tornando Obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Currículo Escolar. O texto da LDB era difuso e abrangia outras etnias. Todavia, houve uma mudança significativa, na perspectiva que o conteúdo explicita os grupos humanos negros. Dessa forma, os parágrafos explicitam de forma inequívoca questões relacionadas as/os negras/os (DIAS, 2005).

A Lei nº. 10.639/2003 não se limita apenas aos dois artigos mencionados. No ano de 2004, para a implementação da referida Lei, foi sancionada a Resolução nº 1 de 17 de junho 2004, que, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a qual estabelece no Artigo 2º e § 2º que,

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (BRASIL, 2004, p. 2).

Para o Parecer nº 003/2004, a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. Aponta que o racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola (BRASIL, 2004).

3 OS SABERES DOCENTES E AS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA DO ESTUDANTE

Uma definição sobre saber docente, implica em um saber plural, compósito, heterogêneo, porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas e, provavelmente, de natureza diferente. Tardif ((2014),

O saber profissional dos professores é, portanto, na interpretação de Tardif, um amálgama de diferentes saberes, provenientes de fontes diversas, que são construídos, relacionados e mobilizados pelos professores de acordo com as exigências de sua atividade profissional.

É perceptível a exigência de um perfil profissional que agregue saberes docentes de vários âmbitos com vistas ao atendimento do estudante. A sala de aula é um laboratório e porque não dizer um mundo onde nos deparamos com variadas culturas as quais não podemos ignorar. Hoje a profissão já não é mais transmissão de um conhecimento acadêmico, ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções, dentre as quais, inclui-se a luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais com a comunidade. É claro que isto implica uma nova formação; inicial e permanente. (IMBERNÓN, 2011)

A formação inicial do professor/a é fundamental para definição de um perfil profissional que de fato compreenda a diversidade como categoria fundamental no exercício da construção do saber. É preciso que as academias contemplem nas matrizes curriculares dos

cursos de formação, conteúdos que instrumentalizem as(os) professoras(es) a atuar em uma realidade concreta e que a teoria estudada nos cursos sejam um constante movimento entre a universidade e a escola (TARDIF 2014).

4 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 NUMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS: metodologia da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa, necessário se fez o delineamento de um caminho. Como se trata de pesquisa, iniciamos pelo conceito de pesquisa que Minayo (2009, p.15) a compreende da seguinte maneira: “é a pesquisa que alimenta a realidade do ensino e a atualiza frente à realidade do mundo (...) nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Os métodos de abordagem são procedimentos gerais que norteiam o desenvolvimento das etapas fundamentais de uma pesquisa científica (ANDRADE, 2001). Utilizou-se como método de procedimento, o estudo de caso. De acordo com Stake citado por André (2005), explica que o conhecimento gerado a partir de um estudo de caso é diferente do conhecimento derivado em outras pesquisas, pois, no estudo de caso é mais concreto, encontra eco, é vivo; mais contextualizado.

Do exposto, o local onde foi desenvolvido o estudo foi uma escola da Educação Básica inserida em uma comunidade majoritariamente negra. O nosso interesse em investigar nesta unidade, parte do pressuposto em saber como a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para a construção da identidade negra da/os estudantes.

Para recolha dos dados, utilizou-se a observação não-participante. Para registro das informações, utilizou-se um diário de campo que “nada mais é do que um caderninho ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal” (MINAYO, 2009, p. 71). Utilizou-se também a entrevista. Para Lapassade (2005, p. 70) “a entrevista põe face a face duas pessoas cujos papéis são definidos e distintos: o que conduz a entrevista e o que é convidado a responder, a falar de si”.

Os dados foram organizados e analisados com adaptações da técnica Análise de Conteúdos (BARDIN, 2010).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao categorizar os dados, no que diz respeito a categoria “Avaliação da importância da inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Currículo Escolar”, os respondentes da pesquisa indicam como indicadores que impossibilitam esse feito: desarticulação do corpo docente, trabalho isolado, ausência de diálogo, de planejamento, falta de formação e de reuniões pedagógicas sistemáticas.

Os registros que fizemos no Diário de Campo corroboram as respostas dos docentes: observamos o ligeiramente para cumprir um programa, planejamento organizado de forma linear, as adequações do tempo escolar conformado no calendário do determinado pelo sistema educacional. Para Carbonell (2002), o conhecimento exige tempo diverso para

realização de atividades atrativas à sua sólida aprendizagem, o armazenamento incontrolável de conteúdo é um dos piores inimigos da aprendizagem.

Diagnosticamos que os docentes estão insatisfeitos com a rotina do seu trabalho. A escola precisa cuidar do clima organizacional, da gestão de pessoas, de manter um ambiente saudável e favorável ao diálogo, ao trabalho em equipe. Nessa direção, o papel do coordenador pedagógico de articulador do processo, de incentivador que agrega, que organiza, também é fundamental para a mobilização dos(as) professores(as). É fundamental desenvolver o hábito de planejar, pois conforme sinaliza Corazza (2013), é por meio do planejamento que selecionamos e organizamos objetos de estudo, experiências, linguagens, práticas, vozes, narrativas, relações sociais, relações étnico-raciais e identidades.

Em continuidade, buscamos investigar com a qual disciplina os estudantes mais se identificavam e que argumentassem as suas respostas: 66% disseram preferir matemática porque tem facilidade em compreender o conteúdo. Nas notas de campo (Caderno de Campos do dia 25/04/2018), registramos cenas que corroboraram as preferências dos estudantes, ao acessar a sala de aula, no horário de matemática observamos um ótimo clima relacional professor aluno; a forma como o professor conduziu a construção do conhecimento, oportunizando que o estudante se expressasse, fazendo relação das operações matemáticas com o cotidiano dos estudantes dentre outras ações que confluem para uma educação emancipatória.

Com relação a organização do trabalho pedagógico da escola, no que diz respeito aos aspectos: organização, condições de trabalho, ambiente favorável para desenvolvimento das atividades, recursos didáticos e pedagógicos, trabalhamos a categoria “A importância da organização pedagógica da escola para o desenvolvimento da identidade negra”.

Para os docentes respondentes da pesquisa não há interesse nem disponibilidade para o encontro entre as pessoas ou para manter um diálogo. Observamos que a escola não cria clima de acolhimento, de integração entre os pares. Outro aspecto diz respeito às condições de trabalho, que não favorecem o desenvolvimento das atividades nessa perspectiva. 96% dos docentes investigados, argumentam que as relações entre os pares não são boas. Constatamos: falta diálogo, falta formação em serviço, seções de estudo, insatisfação por parte dos(as) professores(as); a gestão precisa melhorar; não há organização e isto afeta o clima da escola e a qualidade do trabalho e automaticamente impacta na implementação da Lei Número Lei nº 10.639/03.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que os estudantes da escola lócus da pesquisa, assimilam e cultivam a cultura escolar que estereotipa e deprecia a história e memória dos povos afro-brasileiro e africano. Nessas circunstâncias, os conteúdos que são desenvolvidos no currículo não garantem a construção de uma identidade negra positiva. Constatou, também, que 74% dos docentes não possuem estudos sobre a Lei nº 10.639/03. Os 26% que responderam possuir

formações e conhecerem a referida Lei ou já terem participado de algum estudo nessa direção, não a utilizam porquê não encontram na escola clima pedagógico planejamento ou orientações para o desenvolvimento desse trabalho. Dos professores investigados, dois acham importante trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana na escola e apresentam uma visão positiva sobre a África e os negros, mas no desenvolvimento das aulas não incluem essa discussão.

Inclui-se a isto, mediante observação que os professores enfrentam dificuldades, como a ausência materiais didático-pedagógicos para desenvolver além da falta de instrumentalização por meio de formações em serviços. As boas estratégias associadas às condições materiais de trabalho são fundantes para garantia do sucesso do ensino sobre os conteúdos que abordam a história e memória dos povos afro-brasileiro africanos, sobretudo para banir do interior da escola ações improvisadas e folclorizada sobre a temática.

Diante disso, percebe-se que o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana precisa, obrigatoriamente, ser trabalhado nas instituições brasileiras de ensino, para que a história, a cultura e a memória africana possam ser reconhecidas e respeitadas e para que os (as) estudantes negras(os) e possam auto definir-se negras(os).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 03 de 10 de março de 2004**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004a.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004b.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acessado em 13 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em 12 jul. 2020.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: A mudança na Escola**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

CAVALLEIRO, Eliane. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: LIMA, J. C.; ROMÃO, J.; SILVEIRA, J.M. (orgs.). **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: NEN, n.6, 1999, p. 49-80. (Série Pensamento Negro na Educação).

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas sobre o saber docente**. 3ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

GOMES, Ana Beatriz Sousa. O Movimento Negro e a Educação Escolar: estratégias de luta contra o racismo. Relatório de Pesquisa do II Concurso Negro e Educação. Rio de Janeiro, RJ. **Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED**, Ação Educativa e Fundação Ford, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**-Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1995.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente profissional**: formar-se para mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEIN, Helen Altman. **Childhood education**. v.76, n. 4, 2000.

LAPASSADE, Georges. **As Microsociologias**. Tradução de LucieDidio. Brasília: Líber Livro, 2005.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade étnica em reconstrução**: a ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo na perspectiva existencial humanista. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **100 Anos de bibliografia sobre o negro no Brasil**. Volume I e II. São Paulo: Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo / Fapesp / Cnpq, 2000.

_____. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, v. 68, p. 45-57, 2006.

PARÉ, Marilene. **Auto imagem e autoestima na criança negra**: um olhar sobre seu desempenho escolar. Porto Alegre, 2000. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola**: possibilidades e desafios para implementação da Lei 10.639/2003. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16.ed.- Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2014.